

O cenário político brasileiro e as disputas de hegemonia nos planos ideológico e discursivo

Emerson de Pietri*
Tatiane Silva Santos**
Thiago Mena***

Resumo

A onda de retrocessos sociais e democráticos que vivemos atualmente no Brasil teve a particularidade de ser legitimada por uma parcela expressiva da população, por meio do voto. Isso indica que, em alguma medida, houve uma adesão popular aos discursos propagados pelo grupo político que assumiu o poder nas eleições de 2018. Entretanto, sabe-se que tal adesão não se deu de forma espontânea, mas mediada por mecanismos sofisticados de manipulação de opiniões, os quais empregam estratégias retóricas em associação com recursos disponibilizados pelas mais novas tecnologias de comunicação: uma junção potente que ainda não sabemos bem como desarmar. Nosso objetivo, neste artigo, é contribuir para tornar explícitos alguns desses mecanismos, de modo a possibilitar, por parte de quem lê, a apreensão crítica das disputas de hegemonia que se processam nos planos discursivo e ideológico. A caracterização do contexto histórico é realizada com base nos estudos de Klemperer (2009), sobre os padrões do discurso fascista, e de Pêcheux (1988), sobre a ocultação dos processos ideológicos dominantes. Com o aporte de conceitos trabalhados por Orlandi (1996) a respeito dos processos polissêmicos, da produção de

* Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Professor da Faculdade de Educação da USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5060-9891>.

** Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora de Língua Espanhola na Universidade do Estado de Mato Grosso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3653-6996>.

*** Rede Municipal de São Paulo (RMSP). Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor de Matemática da rede municipal de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4819-9410>.

objetos de discurso e do posicionamento dos sujeitos em relação a eles, analisamos dados produzidos a partir de pronunciamentos públicos do então Presidente da República, que se caracterizou como porta-voz dos discursos cultivados em seu grupo político. Nesse percurso, foi identificado um fenômeno que denominamos controle do contraditório – uma tática discursiva utilizada para camuflar as contradições da realidade, com a finalidade de manter o controle de situações conflitivas.

Palavras-chave: Sentidos. Disputa. Democracia. Hegemonia. Controle.

El escenario político brasileño y las disputas de hegemonía en los planos ideológico y discursivo

Resumen

La ola de retrocesos sociales y democráticos que se vive en Brasil se legitimó por una parte expresiva de la población, por medio del voto. Esto indica que, en cierta medida, hubo una adhesión popular a los discursos propagados por el grupo político que asumió el poder en 2019. Sin embargo, se sabe que dicha adhesión no se produjo de forma espontánea, sino mediada por sofisticados mecanismos de manipulación de opinión, que emplean estrategias retóricas en asociación con los recursos puestos a disposición por las más nuevas tecnologías de comunicación. Nuestro objetivo, en este artículo, es contribuir a hacer explícitos algunos de estos mecanismos, de modo a posibilitar, por parte de quien lee, la aprehensión crítica de las disputas hegemónicas que se procesan en los planos discursivo e ideológico. La caracterización del contexto histórico se realiza a partir de los estudios de Klemperer (2009) acerca de los patrones del discurso fascista y de Pêcheux (1988) sobre el

ocultamiento de los procesos ideológicos dominantes. Con el apoyo de los conceptos trabajados por Orlandi (1996) acerca de los procesos polisémicos, la producción de objetos de discurso y el posicionamiento de los sujetos en relación con ellos, analizamos datos producidos a partir de pronunciamientos públicos del entonces presidente de la república, portavoz de los discursos cultivados en su grupo político. En este recorrido, identificamos un fenómeno a que denominamos como control del contradictorio – una táctica discursiva utilizada para camuflar las contradicciones, con la finalidad de mantener el control de situaciones conflictivas.

Palabras-clave: Sentidos. Disputa. Democracia. Hegemonía. Control.

Recebido em: 06/07/2021 // Aceito em: 04/10/2021.

Introdução

Desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em meados de 2016, deflagrou-se no Brasil um processo acelerado de desmonte de diversos programas sociais, bem como de direitos democráticos, trabalhistas e previdenciários que vinham sendo conquistados mediante muita luta, desde a promulgação da Constituição de 1988. Esse processo, embora venha afetando a classe trabalhadora como um todo, tem acometido de modo particular as camadas mais empobrecidas da população e os grupos sociais historicamente subalternizados: mulheres, LGBTQIA+, negros, indígenas e quilombolas. Em decorrência disso, tem-se observado a elevação dos (historicamente altos) índices de desigualdade econômica e social do país.

Essa onda de desmontes, a despeito de seguir tendências internacionais e atender a interesses de países imperialistas, teve a particularidade de ser legitimada por uma parcela expressiva da população brasileira. Primeiro, foi o apoio massivo ao golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, que pôs fim a um período de 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, houve a eleição, em 2018, de um capitão reformado do exército, defensor de pautas conservadoras, reacionárias, autoritárias e até mesmo fascistas. Tal presidente nunca fez questão de esconder a sua visão elitista e o seu desprezo pelas classes subalternas, nem mesmo à época da campanha eleitoral que o levou à presidência do país.

Não é possível afirmar que a adesão a essa candidatura se deu de forma espontânea, natural ou mesmo racional. Com efeito, ela se fez mediada por mecanismos sofisticados de manipulação de opiniões, os quais associam estratégias retóricas tradicionais com as mais novas ferramentas disponibilizadas pelas tecnologias de comunicação e informação. Esses mecanismos,

longe de serem inéditos, guardam importantes semelhanças com aqueles empregados pelos nazistas alemães durante o Terceiro Reich. Ilustra essa comparação um texto do ex-professor de filologia românica da Universidade de Dresden (Alemanha), Victor Klemperer (1881-1960):

A linguagem nazista usa empréstimos do estrangeiro e absorve muito do alemão pré-hitlerista. Mas altera o sentido das palavras e a frequência de seu uso. Transforma palavras que pertenciam a uma pessoa ou a um pequeno grupo em propriedade de todos, requisita para o partido o que antes era propriedade comum e, dessa forma, envenena palavras e formas sintáticas [...] (KLEMPERER, 2009, p. 56).

A propósito da ideia de envenenamento de palavras, o autor explica que elas “podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e parecem ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar [...]” (KLEMPERER, 2009, p. 55). As palavras estão sujeitas a certos mecanismos de significação que podem fazê-las veicular, mesmo que de modo imperceptível, conteúdos antagônicos aos interesses de determinado grupo social. Por vezes, justamente o que não percebemos é o que pode estar a serviço do nosso próprio extermínio, ou, o que é mais comum, pode estar viabilizando a configuração de situações de dominação e exploração consentidas. O autor também vai afirmar, em outra passagem, que, “se, por longo tempo, alguém emprega o termo ‘fanático’ no lugar de ‘heroico e virtuoso’, ele acaba acreditando que um fanático é mesmo um herói virtuoso, e que sem fanatismo não é possível ser herói [...]” (KLEMPERER, 2009, p. 56).¹

¹ Esse recurso, por exemplo, foi utilizado pela mídia, em associação com integrantes do Poder Judiciário, para construir representações negativas dos adversários a serem combatidos para a legitimação do golpe de 2016: os “corruptos” foram associados aos partidos de esquerda, no Brasil, prioritariamente o Partido dos Trabalhadores durante o período em que ocupou o Governo Federal. O mesmo recurso, porém com o emprego de mídias digitais, foi utilizado para o bem-sucedido processo de

Não é difícil perceber que tais recursos foram (e continuam sendo) empregados pela extrema-direita brasileira para a conquista e a sustentação do seu poder político. Note-se que, desde as manifestações populares que ocorreram em junho de 2013, tem-se observado o acirramento de uma polarização social, que acabou sendo caracterizada, por muitos (e de modo bastante superficial) como uma “competição” entre petistas e antipetistas. Tal polarização foi acompanhada pela ascensão de um fenômeno caracterizado por ostensivas disputas de narrativa – algo que pode influenciar na forma como as pessoas fazem a leitura da sua própria realidade.

É certo que tais disputas não surgiram agora, nem foram inventadas pela classe política brasileira. O problema é que esse fenômeno, além de ter ganhado contornos cada vez mais violentos – haja vista a banalização dos discursos de ódio e a falta de respeito e de comprometimento ético em disseminação no país –, ocorre neste momento histórico em um contexto tecnológico sem precedentes. As novas ferramentas de informação e comunicação viabilizaram a circulação de uma ampla variedade de textos e de discursos que pouco tempo atrás eram controlados (produzidos; distribuídos; regulados; selecionados; silenciados; interditados; censurados) principalmente pelas grandes empresas de comunicação de massa – televisão, rádio, jornal (a chamada mídia hegemônica).

Dentre essas novas ferramentas, as chamadas **redes sociais**, plataformas digitais de acesso “gratuito” (tais como o *WhatsApp*, o *Facebook*, o *YouTube* e o *Twitter*), tornaram possível a disseminação instantânea de informações, produzidas por qualquer usuário, com pouquíssima (ou nenhuma) filtragem

construção do “mito” Jair Messias Bolsonaro – aquele que seria um enviado de Deus para salvar o Brasil da corrupção.

dos conteúdos, e sem necessidade de identificação dos autores. Além disso, essas plataformas disponibilizam – mediante um investimento financeiro por vezes pequeno – mecanismos de impulsionamento de informações para nichos muito específicos de usuários: os chamados processos de “datificação”.²

Nesse contexto, as disputas de narrativas são realizadas com a produção e distribuição de mensagens que bombardeiam (por vezes de forma automática e ilegalmente patrocinada) as redes sociais às quais grande parte dos brasileiros está hoje conectada. Essas mensagens, muitas vezes, não guardam qualquer compromisso com a verdade, sendo que o recurso da mentira ou falsificação – que serve, em última análise, para confundir a população – tem sido propositadamente utilizado. Como exemplo, observe-se o caso das notícias sobre a covid-19, discutido por Komesu, Alexandre e Silva (2020). Os autores mostram que, ao mesmo tempo em que se travava, no Brasil, uma luta contra a doença, outra luta era empreendida contra as informações cientificamente fundamentadas, por meio da divulgação de mensagens falsas nas redes sociais. Tal prática, que teria a finalidade última de desinformar a população, prejudicou o controle da crise sanitária.

Esse bombardeio de informações falsas tem favorecido o fenômeno da desestabilização dos sentidos, sendo utilizado produtivamente para a destruição dos avanços sociais e políticos que a ala progressista da sociedade tem lutado para sustentar no transcurso da história. Os recursos de desestabilização dos sentidos e seu emprego para o controle social têm atendido também a interesses políticos e econômicos do capital financeiro,

2 Segundo Martins (2020, p. 50), “O uso de dados, capturados frequentemente enquanto acessamos um *site*, utilizamos o *smartphone* ou andamos por ruas monitoradas por câmeras, entre tantas outras situações, viabiliza novas formas de definição do público-alvo, de obtenção de informações sobre suas predileções e de direcionamento de anúncios, permitindo a oferta de produtos e serviços de forma menos massiva e mais segmentada, praticamente individualizada [...]”.

servindo para que seja implementado, com o aval de parte da população, um projeto econômico neoliberal que diminui o poder do Estado em favor dos interesses financeiros, comprometendo a garantia de direitos e a oferta de serviços públicos essenciais, dos quais depende a parte majoritária dos cidadãos brasileiros.

Nosso objetivo é tornar explícitas algumas estratégias discursivas de desestabilização dos sentidos e suas articulações com mecanismos de manipulação de informações. Esperamos, com isso, contribuir para a apreensão leitora crítica das disputas pelos sentidos que se processam no plano discursivo. Trabalhamos com o pressuposto de que a disputa de sentidos que se evidencia e se intensifica desde o início da década de 2010 tem como objetivo a manutenção do poder pelas classes dominantes (nesse contexto, as elites financeiro-rentistas), confrontadas anteriormente em seus interesses por governos progressistas e que, nesse momento histórico, associaram-se a grupos de extrema-direita para a condução do poder político nacional.

Tendo isso em consideração, propomo-nos a analisar, com base em referenciais produzidos por Pêcheux (1988) e Orlandi (1996), os modos de produção e de controle dos sentidos, no contexto das disputas de hegemonia conduzidas por grupos de extrema-direita, no país. Nesse processo, são analisados enunciados produzidos, entre os anos de 2019 e 2021, pelo então Presidente da República, Jair Bolsonaro (JB), e, quando necessário, as réplicas a esses enunciados.

O artigo está organizado em duas partes. Inicialmente, são caracterizadas as bases epistemológicas sobre as quais as classes dominantes conduzem os processos ideológicos para a manutenção do controle dos sentidos, quando em situação de normalidade democrática (e, também, para a condução do jogo político, quando seus interesses se acham ameaçados),

observando-se as estratégias de produção e controle dos sentidos pelos grupos de extrema-direita. A seguir, são caracterizados os modos pelos quais os mecanismos de controle dos sentidos, tais como operados pelos grupos no poder, se materializam textual e linguisticamente nos discursos analisados.

2 Processos ideológicos: a hipertrofia dos compartimentos teóricos do idealismo

O jogo que se observa relativamente à desestabilização dos sentidos para o controle e manipulação das informações, segundo as ideologias e projetos do grupo político que ascendeu ao poder no momento histórico considerado, parece decorrer de uma estratégia de exacerbação dos “compartimentos teóricos da ideologia burguesa, que visam ao ocultamento do registro político [...]” (PÊCHEUX, 1988, p. 121). Tais compartimentos, que se constituem como vertentes do idealismo,³ são referidos pelo autor em termos de um realismo metafísico (o mito da ciência universal) e de um empirismo lógico (o uso generalizado da ficção). Consideramos que tais conceitos podem nos ajudar a refletir sobre as estratégias discursivas empregadas pelo grupo de extrema-direita para a consecução de seu projeto de poder.

O realismo metafísico é caracterizado pela redução dos processos materiais, daquilo que é contingente – isto é, do plano do acontecimento, do incalculado, do inconsciente, do imprevisto

3 O que caracteriza o idealismo é a indistinção que se estabelece entre o pensar e o imaginar, indistinção decorrente do posicionamento de dependência da realidade em relação ao pensamento (de que o enunciado “o ponto de vista cria o objeto” é paradigmático). A identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que o constitui corresponde, nessas condições, à sua identificação com o outro com quem compartilha a mesma formação, de modo que subjetivação e intersubjetividade se fazem contemporânea e coextensivamente, em uma formação dada, “na qual os sujeitos por ela dominados se reconhecem entre si como espelhos uns dos outros: o que significa dizer que a coincidência (que é também convivência – e mesmo, cumplicidade) do sujeito consigo mesmo se estabelece pelo mesmo movimento entre os sujeitos, segundo a modalidade do ‘como se’ (como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta) [...]” (PÊCHEUX, 1988, p. 167-168).

– às bases lógicas, ou lógico-matemáticas, que lhes seriam subjacentes e que operariam segundo princípios universais (cuja explicitação seria o objetivo do fazer científico). De acordo com essa vertente, as bases lógicas do conhecimento, dadas a sua universalidade e a sua transcendência – isto é, sua existência num plano que não se confunde com a imperfeição do real – devem ser também aplicadas ao conhecimento dos processos morais, sustentando inclusive o funcionamento do aparelho jurídico – o que se evidencia na proximidade das construções linguístico-enunciativas entre esse campo e o da ciência. Observa-se, assim, a produtividade desse compartimento teórico para a produção de mecanismos de controle social.

O empirismo lógico, por sua vez, desdobra-se da premissa de que o acesso da razão à materialidade, ao conhecimento do mundo objetivo, é interditado, e, nessas condições, a produção do conhecimento se realizaria com o emprego de procedimentos de dedução e classificação, que se fundamentam nas possibilidades analíticas do discurso. A ciência se realizaria, assim, com base numa retórica lógico-matemática aplicável a qualquer objeto, o que, como observa Pêcheux (1988, p. 71), “apaga toda distinção entre o que é ciência e o que não é [...]”; logo, também apaga a historicidade das disciplinas científicas, a materialidade de seus objetos e de seu fazer, e, portanto, as bases ideológicas em que se constituem. Nessa mesma linha, o autor explica que:

[...] as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das ideias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos [...] (PÊCHEUX, 1988, p. 72).

O ocultamento do registro político pelo aparato teórico operacionalizado segundo interesses da burguesia se realiza, então, com a concorrência entre uma e outra dessas vertentes do idealismo. Ocorre, porém, que essa concorrência opera apenas até o momento em que esses mecanismos de controle se enfraquecem e não mais realizam suficientemente sua função de domínio sobre a luta de classes e de manutenção dos processos de exploração econômica pelo capital. É justamente nesse ponto que as considerações de Pêcheux (1988) podem contribuir para a compreensão do momento histórico em observação neste trabalho.

Nos momentos de enfraquecimento dos mecanismos de controle caracterizados por Pêcheux (1988), os grupos que detêm o capital e os que ocupam posições decisórias e de ordenação ideológica produzem instabilidades no registro político, com vistas à preservação de sua posição de dominação. Trata-se de algo que ocorreu no Brasil, entre os anos de 2014 e 2016, num processo em que o ordenamento social foi questionado por grupos do setor empresarial e financeiro, da mídia hegemônica e de setores do judiciário, do que resultou o golpe de 2016 contra a então presidenta Dilma Rousseff.

O momento do pós-golpe, entretanto, não se caracterizou pela acomodação das forças políticas e econômicas, mas ensejou a ascensão de ideologias de extrema-direita. A produção e o controle dos sentidos, historicamente conduzidos pelos tradicionais veículos de comunicação de massas, foram apropriados pelos grupos de poder com o emprego das novas ferramentas tecnológicas. Nesse contexto, as estratégias discursivas de controle ideológico passaram a se fundamentar não simplesmente nas duas vertentes do idealismo que operam em tempos de “normalidade democrática”, mas numa espécie de hipertrofia delas.

O realismo metafísico, no contexto sociopolítico atual, encontra-se hipertrofiado pelos recursos digitais de informação e comunicação, que deslocam, dispersando, os centros de controle dos discursos. Nessas condições, as “verdades” passam a ser enunciadas por supostos sujeitos do saber, cujas posições enunciativas são legitimadas pelo fato de que estão autorizados por suas posições sociais – filósofos, médicos, religiosos, militares etc. –, a decifrar analiticamente a realidade, que é representada como o domínio do contingente, isto é, como o que é da ordem do incerto, do provável, do que não pode ser plenamente conhecido com os recursos conceituais ou com os aparatos teóricos desenvolvidos historicamente pela ciência. O chamado negacionismo, postura de absoluta contrariedade contra o que seja conhecimento cientificamente embasado, é um efeito desse processo.

Processo similar é observado em relação ao empirismo lógico. Este passa a ocupar posição decisiva nas etapas de produção discursiva em meio digital. As bases retóricas desse fazer discursivo hipertrofiam-se em meio digital, de modo que a dispersão dos mecanismos de controle dos discursos e a profusão dos meios de sua produção e distribuição favorecem a desestabilização dos sentidos e a construção de narrativas que simulam a existência de objetos de conhecimento e suas verdades. Nesse contexto, a ficção empirista posiciona o sujeito como “fonte dos discursos” (PÊCHEUX, 1988, p. 51), o que, associadamente ao apagamento da distinção entre o que é ciência e o que não é, possibilita a produção de falsas verdades, que se disseminam indiscriminadamente.

Nesse processo, o conhecimento científico, em sua representação de universalidade, é marcado negativamente e

associado ao ideológico – termo que, nesse contexto, é utilizado para estigmatizar como autoritários, fanáticos, desvirtuados, pervertidos, aqueles que são posicionados como adversários do grupo político dominante. O pressuposto de que os objetos do conhecimento se constituem segundo relações necessárias – que possibilitam explicar suas relações de causa e efeito, princípios e decorrências e que seriam subjacentes à ordem universal concebida pelo idealismo – é questionado e caracterizado, pelos que ocupam a posição de agentes legitimados do processo discursivo de caráter autoritário, como uma estratégia de controle utilizada pelos supostos grupos subversivos para submeter os considerados cidadãos de bem a alguma instância que não a própria vontade do indivíduo.

O signo máximo do ideal liberal, a liberdade de pensamento do indivíduo racional e sua participação na ordem universal do conhecimento, é assim ressignificado no discurso autoritário, e utilizado para, paradoxalmente, legitimar o cerceamento do direito à liberdade: a liberdade do indivíduo não pode ser cerceada por nenhuma ordem, nem mesmo pela ordem da razão.

A disputa pelo controle dos sentidos se opera, nesse contexto, pela deslegitimação dos enunciados adversários, deslocando seus dizeres do estatuto do necessário, do que se fundamenta em bases lógicas, para o estatuto do contingente, com a demonstração de que a compreensão adversária se realizou enviesada por fatores caracterizados negativamente como ideológicos. Nesses discursos, autoinvestidos da “verdade”, ideologia é sempre uma característica do discurso do outro, como mencionado anteriormente, e é marcada com o emprego de nomeações deslegitimadoras como comunismo, esquerdismo etc.

Com esse processo de (re)nomeação e ressignificação, o contingencial – em oposição ao universal e ao necessário – é continuamente reinstaurado, para que seja constantemente renovada a verdade daquele que enuncia. Promove-se, assim, estrategicamente, a desestabilização dos sentidos, de modo que a produção da contingência e seu tratamento “analítico” para a produção a cada vez de um novo necessário, de uma nova “verdade”, sejam manipulados pelos sujeitos que ocupam a posição de controle da produção e distribuição dos discursos.

A estratégia utilizada na produção discursiva analisada a seguir aproveita-se, portanto, desses compartimentos teóricos da ideologia burguesa para, hipertrofiando-os, moverem-se perante os acontecimentos do cotidiano, ignorando a materialidade histórica constitutiva desses acontecimentos, com o objetivo de manipulação e controle do registro do político inerente à luta de classes (PÊCHEUX, 1988). Com o emprego dessa estratégia, assume-se o controle da produção e/ou da distribuição dos discursos, de modo a produzir a desestabilização dos sentidos e seu comando, com o que se torna possível exercer algo como um controle do contraditório. Trata-se de estratégia discursiva amplamente empregada pelo então Presidente da República, JB, em consonância com os grupos políticos que o acompanham.

Pêcheux (1988) emprega o termo “contraditório”, segundo perspectiva marxista, para designar os posicionamentos antagônicos das classes fundamentais que se constituem sobre a estrutura do modo de produção capitalista – o proletariado e os detentores dos meios de produção (burguesia) –, recuperando o seu caráter histórico, ocultado nas visões idealistas caracterizadas anteriormente. Procedemos, pois, com o deslocamento desse termo para a expressão “controle do contraditório” a fim de

expressar os modos como os fatores conflitivos resultantes da luta de classes são falseados nos discursos que são analisados nas próximas linhas.

3 Análise dos dados: as estratégias de desestabilização dos sentidos

A produção e análise dos dados se fundamentarão nas considerações realizadas por Orlandi (1996) sobre como os processos polissêmicos, a produção de objetos de discurso e o posicionamento dos sujeitos em relação a esses objetos se estabelecem nos discursos lúdico, polêmico ou autoritário, de acordo com a categorização estabelecida pela autora:

[...] o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta. O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário, procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada. No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida [...] (ORLANDI, 1996, p. 15).

Observa-se, no presente trabalho, no entanto, que o discurso autoritário pode se fazer não apenas com a contenção da polissemia (multiplicidade de sentidos), mas fomentando a dispersão, de modo a orientar a produção dos sentidos, os modos de produção dos objetos, e os posicionamentos dos sujeitos em relação a eles, com base nas próprias possibilidades polissêmicas.

Nos dados aqui analisados, a produção polissêmica e seu controle é elemento necessário para a construção de uma representação forjada da realidade, produção de ilusão que se sustenta em estratégias próprias à ficção empirista, possibilitada pela hipertrofia do empirismo lógico e do realismo metafísico, como discutido na seção anterior. Nessas condições, a polissemia aberta é empregada em processos de ressignificação dos dizeres que promovam movimentos de ocultação e presentificação dos objetos de discurso.

Os objetos de discurso são assim ressignificados estrategicamente para a produção de perspectivas particularizantes desses objetos, estabelecidas em função dos interesses de um agente exclusivo. Os discursos lúdico, polêmico e autoritário são assim agenciados estrategicamente conforme seja necessário atuar sobre o ficcional e sobre o empírico para a produção de objetos de discurso e para o estabelecimento das posições dos sujeitos em relação a eles.

Para compreender como ocorre o controle dos discursos com o objetivo de sustentar determinadas ideologias e de obter apoio político manipulando “relações de sentido” produzidas no embate de um discurso frente a outro (Pêcheux, 2019), serão analisados inicialmente dados produzidos a partir de uma fala do então Presidente da República, JB, registrada em vídeo numa polêmica reunião ministerial. A gravação da reunião, ocorrida no dia 22 de abril de 2020, seria a prova, segundo depoimento do então ministro da justiça, Sérgio Moro, da tentativa de interferência do presidente na Polícia Federal.

Nesse vídeo, que circulou em diversas mídias na época de sua divulgação, podem ser observadas diferentes formas de manipulação da produção de sentidos no emprego da palavra

“ditadura”, de modo a atribuir-lhe significados imprevistos, com o objetivo de obter apoio do auditório, subvertendo a compreensão dos fatos históricos ocorridos no país entre as décadas de 1960 e 1980. O trecho escolhido foi publicado na página do *Facebook* do próprio presidente, no dia 23 de maio de 2020,⁴ acompanhado por uma legenda com os seguintes dizeres: “– Como se começa uma ditadura? Desarmando o povo. – O bem maior do homem? Sua liberdade. Obs.: tem ‘palavrões’ [...]”.

A fala do presidente da república, no trecho selecionado para a produção de dados para análise, é transcrita a seguir:

1 Como é fácil impor uma **ditadura** no Brasil, como é fácil. O povo tá dentro de casa. Por
2 isso que eu quero, Ministro da Justiça e Ministro da Defesa, que o povo se arme, que é a
3 garantia que não vai ter um filho da puta aparecer pra impor uma **ditadura** aqui. Que é
4 fácil impor uma **ditadura**, fácilimo. Um bosta de um prefeito, faz um bosta de um
5 decreto, algema e deixa todo mundo dentro de casa. Se ele tivesse armado ia pra rua e se
6 eu fosse **ditador** né eu queria desarmar a população como todos fizeram no passado
7 quando queriam, antes de impor a sua respectiva **ditadura**. Aí que é a demonstração nossa 8 eu peço ao Fernando e ao Moro que por favor assine essa portaria hoje que eu quero dar
9 um puta de um recado pra esses bosta. Por que que eu tô armando o povo, porque eu não
10 quero uma **ditadura** e não dá pra segurar mais, não dá pra segurar mais, é, **quem não**
11 **aceitar a minha as minhas bandeiras: Damares, família, Deus, Brasil, armamento,**
12 **liberdade de expressão, livre mercado, quem não aceitar isso está no governo**
13 **errado** [...] (grifo nosso).

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/305674050443323>. Acesso: abril 2021.

O grupo que assomou ao governo federal no ano de 2018 buscou se legitimar com atitudes e posicionamentos associados à ressignificação dos sentidos atribuídos ao regime ditatorial estabelecido no Brasil na segunda metade do século XX. Manifestações feitas em diferentes veículos de mídia, de apoio aos militares e suas ações, podem ser observadas também na fala de JB durante a referida reunião, em que a palavra “ditadura” é utilizada insistente e reiteradamente. O argumento reproduzido então pelo locutor defendia o fato de que, se a população fosse armada, teria seu direito de liberdade preservado. Segundo o então presidente, as armas garantiriam os direitos democráticos, retirados dos cidadãos por governadores de estados e por prefeitos, com seus decretos estabelecendo quarentena em razão da pandemia de covid-19.

O que acontece, nesse caso, é a produção de enunciados que não garantem a correferência, isto é: “o que eu digo agora, com relação ao que eu disse **antes** e ao que eu direi **depois**”, o que, segundo Pêcheux (1988, p. 166), estabelece o fio do discurso, como podemos observar na primeira frase da legenda do vídeo: “– Como se começa uma ditadura? Desarmando o povo [...]”. O emprego do termo “ditadura”, em sua referência histórica, associa-se ao recurso às armas para lograr o processo repressivo constitutivo desse sistema. Num movimento de reversão dos sentidos, a estratégia de interpelação dos sujeitos utilizada nesses enunciados se fundamenta na associação entre liberdade e autorização para se portar uma arma a ser usada em oposição à violência do Estado totalitário contra os direitos individuais.

Essa associação busca se legitimar com base na reinterpretação de uma memória histórica, pelos que conduziram o golpe militar e pelos que posteriormente se posicionam como

herdeiros desse golpe, caracterizando-o como uma revolução que se realizou com o objetivo de garantir a liberdade individual em face da suposta ditadura comunista que se anunciava.

O recurso à violência armada como mecanismo de defesa das liberdades individuais é um traço semântico ativado no discurso produzido pelo então Presidente da República contra a ditadura de governadores e prefeitos, que estariam retirando, com seus decretos pela quarentena, a liberdade dos cidadãos para procurar trabalho, para circular segundo suas necessidades, mesmo que a liberdade defendida pelo então presidente para a população pobre representasse a exposição à situação de risco, à precarização das condições de vida e à morte.

Apesar de dizer explicitamente que não desejava a implantação de uma ditadura, o então presidente termina sua fala com uma frase que contradiz a declaração anterior sobre liberdade: “quem não aceitar as minhas bandeiras: Damares, família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado, quem não aceitar isso está no governo errado [...]” (linhas 11-13). A enumeração realizada pelo presidente nos mostra a conexão com a formação ideológica pretendida: “família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado” (linhas 11-12):

- **família:** a considerada “família tradicional”, de caráter patriarcal;
- **Deus:** das religiões cristãs, principalmente as neopentecostais;
- **Brasil:** nomeação associada a ideais totalitários, como no *slogan* da então presidência (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), que recupera em sua memória *slogans* dos totalitarismos do início do século XX;
- **armamento:** no interior da proposta de governo de acesso a armas para todos os cidadãos (em condições financeiras de adquiri-las);

- **livre mercado:** menção aos ditames dos grupos financeiro-rentistas que conduzem as políticas econômicas no país desde os anos 1990, mas principalmente após o golpe de 2016.

Liberdade de expressão aparece em contradição em relação aos demais termos empregados no enunciado em análise. A liberdade de expressão incluída na lista não condiz mesmo com a postura exercitada pelo então presidente em seu cotidiano, em que frases ofensivas recorrentemente foram endereçadas a jornalistas, em diferentes ocasiões.⁵ Nesse enunciado, JB desvela totalmente a “brutalidade do sistema democrático” (MBEMBE, 2020, p. 37) em sua forma de constituição a partir de relações pautadas na violência a que estão submetidos determinados corpos dentro desse sistema de governo.

No discurso de JB, a alternância frequente dos sentidos e o processo contínuo de produção de contradições, é a principal estratégia empregada para obtenção e/ou manutenção do apoio de sua base eleitoral, que se caracteriza por ser difusa, como antes mencionado. Manobra, assim, produtivamente, entre “formações discursivas que se encontram em concorrência [...]” (MAINGUENEAU, 2008. p. 34). Como forma de desviar-se da rejeição de parcela de seu (potencial) eleitorado diante de alguns termos comuns a seu discurso, de reproduzir a aderência de seus seguidores fiéis e de promover a adesão de novos seguidores, inflaciona o processo polissêmico, projetando de forma seletiva sentidos que são afeitos a parcelas determinadas da sociedade.

5 Por exemplo, quando ele insultou, fazendo uso de ambiguidade, a jornalista Patricia Campos Mello, dizendo, diante de um grupo de simpatizantes do governo, que “‘Ela queria dar o furo’. Após uma pausa, Bolsonaro concluiu: ‘A qualquer preço contra mim’” (cf.: BBC News, 05/05/2020). A notícia relembra, dentre outros fatos semelhantes, o dia em que o presidente levou um humorista para distribuir bananas aos jornalistas, ao mesmo tempo em que se negou a responder perguntas feitas na ocasião. Após esses acontecimentos, jornais como **O Globo** e **Folha de S.Paulo** chegaram a anunciar a desistência de fazer a cobertura das ações do presidente, no Palácio da Alvorada, por falta de segurança.

Fazendo assim, joga produtivamente com a ficção empirista ao construir discursivamente os objetos do discurso: trabalhando com a polissemia aberta, simula a presença constante do objeto discursivo, operando com as bases do discurso lúdico, e, desse modo, expõe os interlocutores à presença do objeto que simula. Concomitantemente, busca estabelecer perspectivas particularizantes em relação a esse objeto simulado, de maneira a controlar a polissemia e conduzir os interlocutores na polêmica que produz em função dos objetivos que pretende alcançar. O controle da produção polissêmica para a simulação de objetos de discurso, cujos referentes se mostram e se ocultam conforme a conveniência, posiciona o locutor na condição de sujeito do discurso autoritário. Opera-se, com o uso produtivos dos recursos próprios aos discursos lúdico, polêmico e autoritário, o controle do contraditório.

A estratégia de produção, pelo próprio enunciador, de enunciados contraditórios pode ser observada em diferentes momentos do processo de produção discursiva: ora afirma que houve ditadura (“O erro da ditadura foi torturar e não matar”), ora afirma que não houve (“Onde você viu uma ditadura entregar para a oposição de forma pacífica ao governo? Só no Brasil. Então, não houve ditadura”) (Congresso em Foco, 30/07/2019). Houve ditadura; não houve ditadura. O deslocamento dos sentidos responde à necessidade, num contexto particular, de ressignificar o termo em função dos objetivos a serem buscados no instante da enunciação. Prevalece, assim, o contingente sobre o necessário.

Observa-se, portanto, o uso generalizado da ficção, característica do empirismo lógico, tal como observado por Pêcheux (1988), mas, neste momento, hipertrofiado pelas

condições de produção discursiva, para recontar a história da ditadura militar no Brasil. Os enunciados são formados a partir dessa nova roupagem para que o número de sujeitos a aderir a esse discurso seja o maior possível em um breve período de tempo. Termos como “liberdade de expressão” e “ditadura” alternam-se em seus sentidos para se conformar aos objetivos de quem opera para exercer o controle dos discursos.

Processo similar para exercer o controle do contraditório com base no uso estratégico da produção polissêmica pode ser observado também no trabalho estratégico com a imprecisão referencial. Desse modo, a produção do objeto discursivo se realiza em função de sua presentificação ou de sua ocultação, conforme o locutor opere com recursos do discurso lúdico, do polêmico ou do autoritário. Em reportagem da revista Carta Capital, de 11 de junho de 2020, em que se reproduz a fala do então Presidente da República em uma de suas manifestações destinadas ao seu público, via redes sociais, lê-se:

Seria bom você fazer, na ponta de linha... tem um hospital de campanha perto de você, um hospital público, **arranja uma maneira de entrar e filmar. Muita gente tá fazendo isso**, mas mais gente tem que fazer pra mostrar se os leitos estão ocupados ou não, se os gastos são compatíveis ou não. **Isso** nos ajuda. (GALVANI, 2020, grifo nosso).

Na passagem acima, é possível observar a produção da polissemia com base no emprego estratégico da imprecisão referencial. Essa imprecisão se materializa linguisticamente de modo a presentificar ou ocultar o objeto do discurso e, em função da presentificação ou ocultação do objeto, definir a posição dos sujeitos em relação a ele, segundo prevaleçam recursos ao discurso lúdico, ao polêmico ou ao autoritário (ORLANDI, 1996).

A ocultação se realiza com base em recursos como a não explicitação do objeto do verbo, como em “Seria bom você fazer [...]”, ou com o emprego de pronomes demonstrativos indefinidos, como em “Muita gente tá fazendo isso [...]” e em “Isso nos ajuda [...]”. Expressões como “muita gente” ou “uma maneira” (em “Arranja uma maneira [...]”) também operam para a produção da imprecisão referencial e o jogo de ocultação/presentificação do objeto.

Desse modo, o locutor estabelece as relações com o interlocutor posicionando-o de modo a simular que locutor e interlocutor compartilham os mesmos interesses. Em “Seria bom você fazer, na ponta de linha [...]”, o locutor se dirige a um interlocutor com quem se encontraria em interação direta, cada um na extremidade de uma mesma “linha”; em “Isso nos ajuda [...]”, o pronome pessoal “nos” pode produzir a imagem de que os sujeitos em interação pertencem a um mesmo grupo.

Com a grande repercussão produzida por essa fala, dois dias depois, o filho do então presidente, Carlos Bolsonaro (CB), publica um *post* no *Twitter* em que busca ressignificar a manifestação de seu pai:

Só um **bandido ou um doente mental** para minimamente **crer** que o **Presidente incentivou invasão** a hospitais ao invés de entender que **o citado** foi para que **cidadãos cumpram seu direito de fiscalizar os gastos públicos!** (MAZIEIRO, 2020, grifo nosso).

Na mensagem de CB no *Twitter*, observa-se a tentativa de traduzir os referentes construídos socialmente a partir da fala de JB para ressignificá-los, conformando o contraditório dos sentidos de acordo com o discurso que se posiciona como agente do processo. Essa ressignificação dos referentes promove a

ocultação/presentificação dos objetos de discurso em função das estratégias estabelecidas pelo interlocutor em suas operações com os discursos lúdico, polêmico ou autoritário. Assim, a invasão dos hospitais, referida no discurso do então presidente com o emprego de pronome indefinido (“Muita gente tá fazendo isso [...]”; “Isso nos ajuda [...]”), é retomada por CB de modo a colocar sob seu controle os enunciados em contradição: “o **Presidente incentivou invasão** a hospitais” *versus* “o **Presidente NÃO incentivou invasão** a hospitais”. Operando estrategicamente com a contradição, o locutor promove um efeito de imprecisão referencial a partir do discurso de JB, em que a construção “o citado” retoma ao enunciado “o Presidente incentivou a invasão a hospitais”. Com esta expressão, “o citado”, torna-se imprecisa a posição enunciativa do locutor, que teria não dito ou afirmado, mas, sim, reproduzido os dizeres em questão. Desse modo, o termo “invasão” é ressignificado discursivamente como “direito de fiscalizar”, não os hospitais, mas os “gastos públicos”.

Com a ocultação/presentificação do objeto do discurso, CB promove a deslegitimação do locutor que estaria acusando o então presidente de incentivar as invasões, associando-o a uma incapacidade ética ou cognitiva (“Só um bandido ou um doente mental [...]”) e a uma falta de objetividade (com o emprego de verbo associado a subjetivismo: “para minimamente crer”). Com o emprego de tais estratégias, o agente exclusivo define a posição a ser ocupada pelos sujeitos em relação à ocultação/presentificação do objeto de discurso: não são invasores, possíveis infratores, mas cidadãos, sujeitos de direito, cumprindo seu dever de cidadãos em resposta à demanda presidencial.

Nos dados analisados, observa-se, assim, que a imprecisão referencial possibilita a ressignificação de objetos

e o reposicionamento dos sujeitos do discurso. Essa estratégia permite orientar a produção dos sentidos com base nas possibilidades polissêmicas, o que enseja a ressignificação dos objetos de discurso de acordo com a conveniência do locutor. Nessa condição, oculta ou presentifica o objeto de discurso, expõe ou não o interlocutor ao objeto, abre, contém ou particulariza o processo polissêmico, controlando o contraditório aquele que se posiciona como agente exclusivo potencializador da polissemia.

Considerações finais

O controle dos sentidos com base no emprego da produção polissêmica parece ser a principal estratégia discursiva utilizada pelo grupo de viés autoritário que assumiu a posição de comando político no Brasil no ano de 2019. A produção discursiva se fundamenta na alternância de sentidos atribuídos a termos ideologicamente valorados, de modo a produzir efeitos que respondam adequadamente a objetivos circunstanciais e, com essa estratégia, produzir condições de controlar o contraditório.

A imprecisão referencial, em sua associação com a produção polissêmica controlada, opera como um mecanismo de condução do discurso, de modo que os objetos do discurso e o posicionamento dos sujeitos em relação a eles sejam estrategicamente ordenados em função dos interesses de um agente exclusivo que opera, segundo seus interesses, com a abertura, a particularização ou o fechamento dos sentidos.

Esse processo de controle dos sentidos, sustentado em processos de ficção empirista, possibilitada pela hipertrofia do realismo metafísico e do empirismo lógico, foi potencializado com o emprego dos recursos oferecidos pelas novas tecnologias

de comunicação e informação, com destaque para o uso das redes sociais. O processo de “datificação”, promovido pelas empresas que operam essas redes, como antes mencionado, viabiliza o direcionamento de informações a nichos bastante específicos da população. Esse direcionamento, por sua vez, cria “bolhas informacionais” que fazem com que a percepção da contradição (particularmente no que se refere à relação entre os discursos e as ações dos que operam esses recursos) fique interdita, ou, ao menos, dificultada, promovendo a condução de pessoas a situações de risco ou dominação.

Nas condições de produção discursiva atuais, formar-se leitor implica, dentre tantos fatores, aprender a identificar e analisar os mecanismos e as estratégias de controle da produção e da dispersão dos sentidos. Como analisado ao longo deste artigo, tais mecanismos e táticas vêm sendo empregados pela classe dominante para sustentar ideologicamente a sua hegemonia. É importante, portanto, haver clareza sobre o reflexo das disputas de hegemonia no plano semântico, não com a expectativa de que isso, por si só, promoverá alguma transformação substancial da realidade objetiva, mas para que os defensores dos interesses das classes subalternas também possam participar dessas disputas de sentidos de modo mais efetivo.

Os esforços empreendidos para desconstruir conceitos distorcidos e denunciar a disseminação de *fake news* – incluindo-se aí a luta pelo estabelecimento de marcos legais regulatórios e pela criminalização dos responsáveis –, apesar de fundamentais, não deixam de ser atitudes defensivas. A tarefa de construção da hegemonia da classe trabalhadora requer, entretanto, uma atitude mais propositiva no âmbito das disputas pelos sentidos das palavras – o que, sem desprezarmos a base material das relações capitalistas, equivale ao enfrentamento da sua dimensão ideológica, sem a qual essa base não se consolida.

Trata-se, como se pode notar, de um enfrentamento de natureza superestrutural, que não afeta diretamente o modelo

socioeconômico em que estamos inseridos. De qualquer forma, é preciso reconhecer que, se as disputas no plano discursivo, sozinhas, não são capazes de promover uma transformação radical desta sociedade – tendo em vista a necessária superação do modelo de sociabilidade engendrado pelo modo de produção capitalista, que naturaliza a exploração do homem pelo homem – sem elas, tampouco, podemos avançar na construção de uma outra hegemonia.

Enquanto escrevemos estas linhas, a crise se agrava no país. Atingimos a marca de mais de meio milhão de pessoas mortas pela covid-19. O então presidente fez, no período, um pronunciamento em rede nacional afirmando que sentia profundamente cada vida perdida. Também prometeu que, até o final daquele ano, todos os brasileiros que o desejassem, poderiam ser vacinados. Ocorreu, porém, que esse mesmo presidente foi quem se negou a assinar inúmeros contratos de compra de vacinas; questionou a eficácia dos imunizantes; defendeu a utilização preventiva de medicamentos sem comprovação científica; criticou as medidas de isolamento social e as orientações de utilização de equipamentos de proteção individuais propostas pela Organização Mundial da Saúde, dentre outras ações que colocaram em risco a vida da população. Nesse contexto, a contradição, com o auxílio de todo um mecanismo forjado para controlar as percepções da população a respeito dela, se conformou numa estratégia muito eficaz de manutenção do poder.

Referências

BBC News Brasil. 9 ataques de Bolsonaro a jornalistas – e quais os temas que levaram presidente a perder a linha. **BBC News Brasil**. 05 mai. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BOLSONARO, Jair M. Como se começa uma ditadura? **Facebook**, 23 mai. 2020. 1 vídeo (1.10 min.). Publicado por Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/305674050443323>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CONGRESSO EM FOCO. Onze vezes em que Bolsonaro ofendeu vítimas da ditadura. **Congresso em Foco**, 30 jul. 2019. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/onze-declaracoes-de-bolsonaro-em-defesa-da-ditadura>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GALVANI, Giovanna. Bolsonaro diz para apoiadores invadirem hospitais em busca de leitos vazios. **Carta Capital**. 12 jun. 2020. Saúde. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/bolsonaro-diz-para-apoiadores-invadirem-hospitais-em-busca-de-leitos-vazios>. Acesso em: 13. out. 2020.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KLEMPERER, Victor. **LTI – A linguagem do Terceiro Reich**. Tradução de Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOMESU, Fabiana; ALEXANDRE, Gabriel G.; SILVA, Larissa S. A cura da infodemia? O tratamento da desinformação em práticas sociais letradas de checagem de fatos em tempos de covid-19. In: RODRIGUES, Daniela L. D. I.; SILVA, Jane. Q. G. (org.). **Estudos aplicados à prática da escrita acadêmica: colocando a mão na massa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. p. 186-229.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise: economia e política**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MAZIEIRO, Guilherme. Carlos diz que só ‘bandido’ crê que Bolsonaro incentiva invasão a hospital. **UOL**. 14 jun. 2020. Política. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/14/carlos-diz-que-so-bandido-cre-que-bolsonaro-incentiva-invasao-a-hospital.htm>. Acesso em: 13. out. 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Tradução de Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Tradução de Eni Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019.